

Um quarto só dela: o viés de gênero da instituição da ciência e a construção de políticas que enxergam as mães acadêmicas

Camila Infanger¹

¹ Universidade de São Paulo, cinfanger@usp.br

Propósito

Políticas inclusivas à maternidade têm cada vez mais recebido atenção de atores no cenário internacional no âmbito da política científica. Exemplos de tais políticas, para além da licença maternidade e paternidade, incluem o conceito de licença parental, arranjos para flexibilidade no local e horário de trabalho de cientistas na academia, apoio ao cuidado de crianças como creche ou auxílio-creche, se estendendo a programas de reinserção e/ou retenção de mães na academia. A governança de políticas de inclusão como as citadas reside, em termos hierárquicos, nas mãos de órgãos de fomento à ciência e IES entre suas variadas camadas de programas de pós graduação, reitorias e departamentos. Este trabalho busca investigar como a agenda da igualdade de gênero, sob o recorte das demandas relativas à maternidade, tem permeado a instituição da ciência nos meandros das esferas capazes de influenciar o bem estar de cientistas acadêmicos(as) por meio de políticas públicas. Ao analisar a ciência como instituição, este trabalho aborda as incongruências nas estruturas da ciência frente à relativa recente abertura à demandas de igualdade, diversidade e inclusão em contraponto a seus valores intrínsecos de uma sociedade meritocrática estabelecida sobre princípios de padronização e apreço à cultura da competição (Roach, 1971). A pergunta central deste trabalho é *como a política de licença maternidade foi incorporada à política científica brasileira?* Quais foram os atores e mecanismos que contribuíram com esta conquista? Que aspectos do contexto histórico foram favoráveis ao entendimento de que demandas de mães acadêmicas merecem espaço na instituição da ciência?

Revisão da literatura

Este trabalho intenciona ser capaz de contar a história da primeira experiência de reconhecimento da existência de mães acadêmicas por parte da política brasileira por meio da lente do Feminismo Institucional, que destrincha as *regras do jogo* das instituições políticas (Krook and Mackay, 2011). Ao auxiliar na exposição do caráter masculino de métricas e estruturas ditas *neutras*, o feminismo institucional permite, sob uma perspectiva feminista, avaliar oportunidades e barreiras a que atores relevantes foram submetidos na aprovação da lei e mudanças normativas resultantes associadas. Uma importante contribuição deste framework teórico é o desmembramento de conceitos como instituições formais e informais, atores críticos e massa crítica, antigas e novas instituições, relações sociais internas e externas assim como oportunidades e barreiras políticas (Chappell & Mackay, 2017; Waylen, 2014a).

Sobretudo, o recorte deste trabalho leva ao enfoque de mudanças institucionais (Waylen, 2014b), sob o viés de gênero na lógica de *appropriateness* nas instituições (Chappell, 2006) e no papel das mulheres em posições de poder em relação a mudanças em políticas (Waylen, 2007).

Procedimentos metodológicos

A metodologia deste trabalho sob abordagem qualitativa, irá utilizar a técnica de process tracing (George & Bennett, 2005) afim de explorar o histórico da inclusão, assim como a implementação inicial da política de licença maternidade por parte dos órgãos federais brasileiros de fomento à ciência, Capes e CNPq em meados de 2010. Adicionalmente, a mesma técnica será utilizada, em associação à técnica de análise documental (Carlomagno & Rocha, 2016) de atas de discussões me torno da aprovação da lei 13.536/2017 que concede direito a afastamento por maternidade para bolsistas de pesquisa.

Resultados

Os resultados esperados deste trabalho incluem a identificação de circunstâncias favoráveis para a inclusão de demandas de mães acadêmicas na política científica, em termos de poder de influência e composição do rol de atores relevantes, perfil da liderança política, contexto internacional e fluxos de difusão de políticas. As hipóteses neste estágio do trabalho apontam como componentes favoráveis uma forte influência de atores não estatais no avanço da temática no âmbito político, além da liderança feminina na tomada de decisão - nominalmente a presidenta Dilma - e uma grande presença de cientistas acadêmicos em posições de conselho em esferas decisórias. Sobretudo este trabalho ainda busca explorar a relevância de fatores vigentes no âmbito internacional que possam ter influenciado esta pauta no Brasil, como a construção de uma ideia hegemônica de defesa da maternidade associada ao respeito à carreira profissional das mulheres. Ainda existe a exploração do papel da rede social Twitter que desde sua criação em 2006, foi utilizada como importante ferramenta de comunicação política (Rossetto et al, 2013) que potencialmente tenha também servido de ponte entre atores da academia e da política científica.

Implicações da pesquisa

Em termos de implicações práticas este trabalho busca traçar uma mapa de circunstâncias que favorecem o avanço de pautas que incluam a perspectiva de mães acadêmicas no desenho de políticas públicas com a ambição de potencialmente auxiliar atores de dentro e de fora da academia na manutenção e expansão de políticas inclusivas.

REFERÊNCIAS

Carlomagno, M. C., & Rocha, L. D. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7(1), 173-188.

Chappell, L. (2006). Comparing political institutions: Revealing the gendered “logic of appropriateness”. *Politics & Gender*, 2(2), 223-235.

Roach, J. (1971). *Public examinations in England 1850-1900*. Cambridge University Press.

Rossetto, G. P. N., Carreiro, R., & Almada, M. P. (2013). Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. *Compólitica*, 3(2), 189-216.

George, A. L., & Bennett, A. (2005). *Case studies and theory development in the social sciences*. mit Press.

Krook, M. L., & Mackay, F. (2011). Introduction: Gender, politics, and institutions. *Gender, politics and institutions: Towards a feminist institutionalism*, 1-20.

Mackay, Fiona. 2014a. “Nested Newness, Institutional Innovation, and the Gendered Limits of Change.” *Politics and Gender* 10(4): 649–71.

Waylen, Georgina. 2007. *Engendering Transitions: Women’s Mobilization, Institutions and Gender Outcomes*. Oxford: Oxford University Press.

Waylen, Georgina. 2014a. “Informal Institutions, Institutional Change, and Gender Equality.” *Political Research Quarterly* 67(1): 212–23.

Waylen, Georgina. 2014b. “A Seat at the Table? Is It Enough: Gender, Multi-Party Negotiations and Institutional Design in South Africa and Northern Ireland.” *Politics and Gender* 10(4): 495–523